Vírus, robôs e o mundo em mudança: um comentário sobre crise e dinâmicas sociais

Fernando Bessa Ribeiro

Professor Associado com Agregação do departamento de Sociologia Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0001-7431-8562

Situar a mudança social

O "3º Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia", realizado em 1996, contou com a presença de Immanuel Wallerstein na conferência de abertura. Tendo o evento como tema a mudança social, o sociólogo norte-americano, desaparecido em agosto de 2019, ofereceu-nos uma análise vibrante sobre o funcionamento do sistema mundial moderno, dissertando em torno de "a mudança é eterna. Nada muda, nunca" (Wallerstein 1995, p. 3). Hoje parece que o mundo se agita intensamente, com as forças da mudança a ganhar às forças da estabilidade. Se há muito nos confrontamos com as reformas permanentes promovidas por cada novo ciclo de governação, hoje dominam as inovações técnicas, as alterações nos campos do trabalho, dos modos de vida e das mobilidades, todas elas conectando-se com as novas formas de comunicação, a digitalização e a aceleração e arritmia dos diversos tempos nos quais a vida de cada um se consome.

Será que as transformações em curso liquidificaram o mundo (Bauman 2001), fazendo mesmo desaparecer as estruturas que organizam e dão solidez a um sistema social? Ou, pelo contrário, estas transformações, algumas de amplitude mundial, apenas nos revelam, uma vez mais, a flexibilidade das estruturas do sistema mundial, suficientemente dúcteis para acomodar o que muda, manter a diversidade de modos de vida e de práticas culturais, sem que tal coloque em causa os processos intensivos de acumulação de capital? Neste sentido, será que a crise pandémica, em lugar de dar origem a um mundo novo, como repetidamente tem sido anunciado pelos média e pela publicidade, acentuará determinadas dinâmicas já em curso, nomeadamente no domínio da automatização, da robotização e da chamada inteligência artificial, cujos impactos no campo do trabalho já começamos a sentir? Tudo isto ocorrendo num quadro de uma mudança decisiva, a da passagem do poder do Ocidente para o Oriente?

Não cabendo aqui analisar a posição controversa de Wallerstein (Vindt, 1999), quando sugere que as crises com que nos confrontámos têm de ser compreendidas no contexto mais amplo da crise sistémica do capitalismo, há que reconhecer que, não obliterando que as estruturas fundamentais que organizam o sistema mundial continuam relativamente estáveis, está em curso uma mudança de amplitude global. Marcada por tensões, diante dos nossos olhos desenrola-se a mudança de hegemonia no sistema mundial. Sendo raro, é um processo conturbado, cheio de riscos, incluindo conflitos militares, como aconteceu com a última mudança hegemónica, na primeira metade do século XX, que elevou os Estados Unidos da América (EUA) à condição de potência hegemónica. Como detetaram Arrighi (1996) e Todd (2002), na viragem do século XX para o XXI, este processo, caracterizado por uma transferência de riqueza, conhecimento e poder do Ocidente para o Oriente, irá certamente colocar a China como potência hegemónica na próxima década, sem que os EUA se vejam totalmente arredados de continuarem a ter um papel relevante no comando do mundo.

A pandemia como acelerador da crise e da mudança

Uma década depois da última grande crise do capitalismo, temos agora a pandemia provocada pela COVID-19. Este evento volta a lembrar-nos que a história humana também é preenchida por pandemias, algumas das quais mataram em número apreciavelmente superior ao que a atual parece capaz de fazer. A gripe espanhola de 1918 a 1920 ceifou a vida de 20 a 50 milhões de pessoas; a outra grande pandemia, a peste negra do século XIV, terá provocado entre 75 e 200 milhões de mortos na Europa e na Ásia, dizimando seguramente mais de um terço da população então existente. Ainda não sabemos como acabará a atual pandemia, embora seja certo que estamos face a uma crise sanitária global, tendo já superado largamente o primeiro milhão de mortos, cujas repercussões, nomeadamente económicas, ninguém consegue com razoável certeza antever, embora existam já sinais, sobretudo nos países mais pobres e entre os trabalhadores pobres e precarizados de todo o mundo.

Fatores distintos combinados entre si rapidamente fizeram a Europa disputar com os EUA e o Brasil o epicentro da crise. Com a "segunda vaga" em curso, a resposta a esta infeção exprime o fracasso dos estados europeus, sobretudo os assistidos,¹ e, num sentido mais amplo, do Ocidente². Apesar dos surtos epidémicos ocorridos no presente século, os governos ocidentais atuaram como se estivéssemos face a mais um sobressalto gripal que o tempo se encarregaria de resolver. Podendo interpretar-se esta abordagem como expressão de uma certa disposição mental, já presente noutras pandemias ocorridas entre os séculos XIV e XVIII – "quando surge o perigo de contágio começa-se por tentar não o ver" (Delumeau citado em Lambert & Rimbert 2020, p. 26) -, a compreensão desta atias dustude obriga a convocar a velha mas persistente soberba eurocêntrica, com raízes fundas na dominação colonial. Desprezando as respostas dadas pelos países asiáticos, experientes em surtos pandémicos (por ex. SARS)³, os governos europeus desvalorizaram a gravidade da Covid19, optando por medidas insuficientes. Tal permite o vírus "andar por aí", fazendo com que ele atue como um cutelo que lesa a economia, tornando evidente que não há estabilização económica desligada da supressão da pandemia. Tomando como medida o curto prazo, a opção pela mitigação (e em alguns casos nem isso) revela uma escolha política, a de "governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado" (Foucault 1979/2008, p. 165).

Neste cenário, a pandemia parece assumir-se como o acelerador da crise e de uma das principais mudanças em curso, a referida transferência de riqueza e poder para o Oriente. Os dados atualmente disponíveis apontam para assinaláveis diferenças no desempenho económico dos países do sudeste asiático e da Oceânia face aos europeus. Quer isto dizer que o combate exitoso à COVID-19 não se coloca em

¹ Trata-se de um argumento desenvolvido por Baptista (1994), classificando os países europeus em dois tipos: produtivos e assistidos, sendo que Portugal pertence a este segundo tipo. Se dúvidas existissem sobre a atualidade desta tipologia, já com mais de um quarto de século, a pandemia aí está para a confirmar.

² De acordo com Davis (2020) para o caso dos EUA.

³ SARS é a sigla, em língua inglesa, para *Severe Acute respiratory Syndrome*.

contramão à defesa da economia. Esta opção é também uma escolha moral que se reflete na defesa da vida de milhões de seres humanos, sobretudo idosos e doentes, isto é, pessoas frágeis que exigem especiais cuidados de saúde. Voltando a pandemia a acelerar, o fracasso do Ocidente não impede que, como justamente sublinha Žižek (2020), tudo nos pareça possível, o melhor e o pior, pelo que esta é a hora da política, confrontando-nos com escolhas radicais distintas para o nosso futuro.

Tudo parece possível, sugere Žižek (2020). Talvez nem tudo... rejeitando, é claro, qualquer tipo de leitura fatalista das dinâmicas sociais, existem hoje forças sistémicas imparáveis. São elas que produzem o movimento da referida mudança de riqueza, conhecimento e poder para o Oriente, no qual se digladiam estados e grandes interesses para controlar e tirar proveito das dinâmicas tecnocientíficas em curso. Sob o já bem conhecido conceito de "indústria 4.0", temos a internet das coisas, os sistemas ciberfísicos e as fábricas inteligentes, mobilizando robôs e algoritmos cada vez mais potentes. Esta revolução tecnocientífica e industrial implica uma automatização radical da produção, ampliando as possibilidades de redução da utilização de trabalho humano. Dirão os mais atentos que o mesmo assim ocorreu nas anteriores revoluções industriais. Sim, é incontestável, mas esta comporta uma dimensão nova, ao mesmo tempo fascinante e inquietante: promete substituir trabalho inteligente, incluindo aquele que implica a mobilização de emoções e de aprendizagem face a situações inesperadas, em lugar de apenas alargar a extinção de trabalho humano ligado a tarefas repetitivas.

Não sendo as inovações científicas e tecnológicas sempre expressões de progresso (Beck 1992), elas confrontam os cidadãos. Ocorrendo num contexto marcado pelas desigualdades sociais que, como demonstrou Piketty (2013), só têm paralelo com as existentes em meados da segunda metade do século XIX, estas inovações poderão acentuar os fenómenos de dualização no mercado de trabalho, identificados há mais de duas décadas por Castells (1999). Isto é, uma segmentação do mercado de trabalho entre um núcleo de trabalhadores essenciais às empresas e ao funcionamento do Estado e uma multidão de trabalhadores, num vai-e-vem permanente entre o emprego precário, em regra mal pago, e o desemprego. Uns e outros mergulhados naquilo que Francisco (2015) designa por *rapidáccion*, expressão dos impactos que a aceleração económica tem na vida pessoal, nas sociedades e nos ecossistemas.

Encerrando o comentário: a mudança interpela a ação coletiva e as dinâmicas sociais

Sendo o caminho do Oriente guiado por dinâmicas a bem dizer inelutáveis, muito permanece em aberto. Se, "mais do que nunca, e mais do que na época de Marx ou de Weber, somos submetidos ao poder total de forças impessoais – o mercado, as finanças, a dívida, a crise, o desemprego – que se impõem aos indivíduos como um destino implacável" (Löwy 2014, pp. 137-138), a ação coletiva continua a ser possível para influenciar, senão mesmo determinar, o sentido das dinâmicas sociais. Se há algo que a crise pandémica permitiu recuperar, estilhaçando parcialmente

uma outra cegueira, também ela pandémica, convocando ao debate Saramago (1995) e o seu *Ensaio sobre a cegueira*, é que, contra todas evidências que nos diziam ser evidências mais seguras do que a certeza da morte, afinal existem caminhos distintos, alternativas com as quais os estados e os cidadãos, desde que coletivamente organizados, podem mudar o sentido da história.

No velho confronto entre otimismo e pessimismo, a atual crise pandémica, cujo curso e fim ninguém conseque traçar e prever com razoável certeza, mostra-nos que são muitas as razões para optarmos pelo segundo. Vivendo a humanidade dentro de um "habitáculo duro como o aço", lembra Löwy (2014), convocando Max Weber, nem por isso a ação coletiva viu desaparecer as suas possibilidades de ação. Voltando a Wallerstein, "o futuro não está escrito em parte alguma (...) ninguém sabe o que sairá das próximas décadas" (Vindt, 1999, p. 153). Quer isto dizer que os desafios colocados pelas mudanças em curso podem ser convertidos em oportunidades se formos capazes de nos organizarmos coletivamente. Embora as possibilidades de sermos bem-sucedidos sejam exíquas, considerando a dimensão dos problemas que enfrentamos, temos de tentar, de modo a inverter e não apenas abrandar a "locomotiva" da história que nos leva para a catástrofe ambiental (Löwy 2013). Apesar do cansaço coletivo geral e da intensidade com que as referidas forças impessoais nos obrigam a competir nos mais diversos espaços da nossa vida, com destaque para o profissional, confiscando-nos tempo e energia para refletirmos sobre o nosso mundo e as mudanças em curso, a ação coletiva é necessária para que no horizonte não se anteveja um futuro ainda mais distópico do que o presente.

Referências

Arrighi, G. (1996). O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. São Paulo: UNESP.

Beck, U. (1992). Risk society: towards a new modernity. Londres: Sage.

Baptista, F. O. (1994). A agricultura e a questão da terra: do Estado Novo à Comunidade Europeia. *Análise Social, 128*(XXIX), 907-921. http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377943B0oKY7ll2Yf98UQ6. pdf

Bauman, Z. (2001). Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Castells, M. (1999). O poder da identidade (Vol. 2: A era da informação: economia, sociedade e cultura). São Paulo: Paz e Terra.

Davis, M. (2020, 14 de maio). COVID-19 e nós: chega o monstro. *A terra é redonda*. https://aterraeredonda. com.br/covid-19-e-nos-chega-o-monstro/

Foucault, M. (1979/2008). Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes.

Lambert, R. & Rimbert, P. (2020, 31 de março). "Até ao próximo fim do mundo...". Le Monde Diplomatique (edição portuguesa), 162, 26-28.

Löwy, M. (2014). A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano. São Paulo: Boitempo

Papa Francisco (2015). Carta encíclica Laudato si Sobre o cuidado da casa comum. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana.

Piketty, T. (2013). Le capital au XXIe siècle. Paris: Seuil.

Saramago, J. (1995). Ensaio sobre a cegueira. Lisboa: Caminho.

Todd, E. (2002). Após o império: ensaio sobre a decomposição do sistema americano. Lisboa: Edições 70.

Vindt, G. (1999). Um sistema desmorona-se hoje sob os nossos olhos [Entrevista com Immanuel Wallenstein]. In G. Vindt, 500 anos de capitalismo: a mundialização de Vasco da Gama a Bill Gates (pp. 148-153). Lisboa: Temas e Debates.

Wallerstein, I. (1995). Mudança social? "A mudança é eterna. Nada muda, nunca". *Revista Crítica de Ciências Sociais, 44*, 3-24. https://ces.uc.pt/rccs/index.php?id=578

Žižek, S. (2020). *Pandemic! Covid-19 shakes the world*. Nova lorque e Londres: OR Books.